

ALTERAÇÕES DA TAXA SELIC NO PERÍODO DE 2004-2015 E SUA INFLUÊNCIA NO CENÁRIO ECONÔMICO DO SETOR PRIVADO

Kaliny Pessoa Lima¹
Naralidy Lima dos Anjos²

Resumo – O estudo teve como objetivo demonstrar o comportamento das variáveis, PIB, IPCA e Selic no Brasil, durante o ano de 2004 ao primeiro trimestre de 2015 e quais os impactos causados por essas variações, principalmente no cenário econômico do setor privado devido à alta dos juros. Para tal, foi utilizada pesquisa de cunho bibliográfico de autores como Costa Filho e Rocha (2010), Cruz (2012), Trevisan (2015), assim como os dados retirados de sítios eletrônicos como IPEA data e BACEN no mesmo período em estudo, quando esses dados foram cruzados e analisados. Diante dos resultados conclui-se que a taxa Selic funciona como mediadora que pode impulsionar o setor privado ou desestimulá-lo. Se ela estiver em alta, o comércio retrai e o governo consegue controlar a inflação; se está em baixa, o consumidor tende a comprar mais e o comércio aquece novamente.

Palavras-chave: IPCA; PIB; Selic; Índices Inflacionários; Setor Privado.

INTRODUÇÃO

O país pode, de alguma maneira, controlar os preços praticados pelo mercado, e influenciar na atuação do setor privado e no poder de compras das famílias. Por meio do IPCA, oficialmente utilizado pelo Governo Federal como ferramenta de verificação se os preços praticados no Brasil estão de acordo com as metas de inflação estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, o governo toma conhecimento da dos impactos das medidas tomadas.

Assim, surge a problemática de verificar qual a relação da variação da Taxa Selic com o setor privado brasileiro, como esse índice ao longo de 2004 até 2015 se comportou e quais os impactos sentidos pelo setor privado nesse mesmo período.

O trabalho justifica-se ao evidenciar o desenvolvimento econômico brasileiro no intervalo de 10 anos, ao demonstrar, por meio das variáveis Selic e os índices inflacionários, como o setor privado é atingido com a variação da Selic, seja como uma política de estímulo, seja como uma política de contenção da inflação.

Portanto, o trabalho tem como objetivo, evidenciar as alterações da taxa Selic no período de 2004-2015 e sua influência no cenário econômico do setor privado. A metodologia utilizada neste estudo é de cunho bibliográfico, em que buscou coletar dados sobre o tema em livros e periódicos publicados. Tem objetivo qualitativo e procedimento descritivo. Trata-se também de um estudo com dados secundários, realizado no intervalo de 2004 a 2015, coletando dados sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, Selic, IPCA, PIB e taxa inflação nos sítios eletrônicos do IPEA data e BACEN, demonstrados no estudo em gráficos e tabelas.

¹ Economista e Mestre em Economia pela Universidade Federal do Ceará. Pró-Reitora Adjunta de Administração da Universidade Estadual Vale do Acaraú. E-mail: kkhelade@hotmail.com

² Administradora e Especialista em Gestão Financeira pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. E-mail: naralidy@hotmail.com

REFERENCIAL TEÓRICO

Um dos grandes desafios econômicos para qualquer nação é a conciliação de crescimento econômico, estabilidade e redução das desigualdades. Essa conciliação é resultado de fatores externos, internos e do desenho de políticas públicas. No que tange aos resultados da economia brasileira (CRUZ, 2012), segundo a pesquisa, o Brasil apresentou seu melhor desempenho entre 2004 e 2011, manteve a inflação sob controle, com taxa anual média de 5.4%.

Em janeiro de 2003, Lula tomou posse do cargo de Presidente da República, quando afirmou que em sua gestão queria ver todo brasileiro fazer “três refeições por dia”, surgindo assim o Programa Fome Zero. Outro facilitador da vida do povo brasileiro foi o Programa Bolsa Família que tinha como base a transferência de recursos que beneficiavam famílias em situação de baixa renda. Este programa abrangia uma série de iniciativas e vários setores. O Brasil percebeu uma substancial melhoria na renda e na qualidade de vida das famílias mais pobres neste mesmo período, uma queda da taxa de desemprego e forte expansão do crédito. Tais fatores possibilitou o fortalecimento do mercado doméstico, que teve papel crucial na resiliência da economia perante a crise internacional de 2007-2008 (CRUZ, 2012).

Apesar da crise financeira internacional iniciada em 2007, a economia brasileira continuou obtendo desempenho acima da média. Os efeitos da crise sobre o Produto Interno Bruto (PIB) foram relativamente tênues, com queda de apenas 0,3% em 2009. (CRUZ, 2012). Em janeiro de 2007, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com investimentos da ordem de R\$ 503,9 bilhões, para um período de quatro anos, em energia (incluindo petróleo), infraestrutura social e urbana, e logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hidrovias), de forma a sustentar uma taxa de crescimento de 5% ao ano (MARQUES; FERREIRA, 2010).

Costas (2014) acrescenta que nos anos de 2011, 2012 e 2013 o PIB teve uma expansão tímida de 2,7%, 1% e 2,5% respectivamente. Tais números são menores do que os que se apresentavam na década de 2000 e 2010, que apesar de ser o período de crise financeira internacional, o crescimento médio foi de 3,7% ao ano.

O diretor do Departamento para o Hemisfério Ocidental do Fundo Monetário Internacional (FMI), Werner (2015), informa que o ano de 2015 seria um ano de ajuste e que por meio das medidas da equipe econômica iria progredir, a confiança dos empresários, e consumidores deveriam se recuperar.

Trevisan (2015) reforça dizendo que o “Brasil passa por um momento de aperto após os gastos do governo fecharem 2014 em um patamar acima da arrecadação. Como a conta não fecha, o governo vem adotando as medidas que compõem o chamado ajuste fiscal, com o objetivo de cortar os gastos públicos”.

Em seus escritos Oliveira e Costa (2013, p. 54) falam que “um dos principais instrumentos utilizados pelos Bancos Centrais de todo o mundo para a preservação do poder de compra da moeda é a taxa básica de juros. No Brasil, a taxa básica de juros é a SELIC”.

Caetano et al. (2011, p. 201) explicam que “o Copom é o órgão decisório da política monetária do Banco Central do Brasil e o responsável por definir a meta para a taxa Selic, tendo sido instituído em 20 de junho de 1996”. Pode-se concluir que os objetivos do Copom são programar a política monetária, definir a meta da taxa Selic, que é fixada nas reuniões do Copom e analisar o Relatório da Inflação.

O BACEN (2015) apresenta a seguinte definição para Taxa Selic:

Define-se Taxa Selic como a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais. Para fins de cálculo da taxa, são considerados os financiamentos diários relativos às operações registradas e liquidadas no próprio Selic e em sistemas operados por câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação (art. 1º da Circular nº 2.900, de 24 de junho de 1999, com a alteração introduzida pelo art. 1º da Circular nº 3.119, de 18 de abril de 2002).

Tabata e Tabak (2004) escrevem sobre o impacto das decisões da taxa Selic sobre as taxas de juros de mercado, e então relatam evidências de que o mercado antecipa, ao menos que parcialmente, as mudanças na meta Selic. Costa Filho e Rocha (2010) acrescentam que o impacto sofrido pelo mercado pela comunicação do Banco Central sobre a previsibilidade da política monetária mostra que a reação do mercado independe do conteúdo das atas do COPOM.

O Brasil conviveu durante um período muito extenso com altas taxas de inflação, passando por inúmeras tentativas de combatê-las, com enfoques por vezes ortodoxos e também heterodoxos. No ponto de vista ortodoxo, a inflação ocorre como um processo amplamente dominado pelas expectativas, isto é, pelo reajuste dos preços da economia em função da inflação esperada; enquanto que os heterodoxos adotam a noção de inflação inercial, a qual supõe que a inflação recorrente é determinada pela inflação passada, independentemente das expectativas sobre a inflação futura e na ausência de choques inflacionários (SILVA, 2008).

Como parte do instrumental para prever a inflação, que é uma necessidade básica do regime de metas inflacionárias, instituído em julho de 1999 no Brasil, o BCB coleta e publica diversas séries temporais, entre outras, a expectativa do mercado de variação anual do IPCA (que é o índice de preços utilizado neste arranjo monetário) (SICSU, 2002).

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA é um indicador medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que apura a variação dos preços em 11 capitais e regiões metropolitanas brasileiras. Desde janeiro de 2012, a metodologia utilizada na ponderação de cada uma dessas áreas para então ser realizada a apuração nacional, começou a ser baseada na última Pesquisa de Orçamento Familiar – POF realizada pelo órgão, ocorrida no período de 2008- 2009. Desde 1999 o IPCA é o índice utilizado para apurar a variação de preços dentro do Sistema de Metas para a Inflação adotado pelo Banco Central do Brasil – BCB, por ser o índice com maior cobertura nacional (SÁ, 2013).

Carraro e Correa (2012, p. 443) relatam sobre o regime de metas de inflação:

Durante a década de 1990, o regime de metas de inflação tornou-se um instrumento utilizado por vários países que procuravam institucionalizar a busca da estabilidade de seus preços, dar maior transparência à condução da política monetária, eliminar os problemas ligados ao viés inflacionário e, por conseguinte, fazer com que a sua autoridade monetária tenha maior credibilidade.

Nas palavras de Martinez e Cerqueira (2013) a taxa de inflação é um agregado macroeconômico que objetiva indicar o efeito médio sobre a economia de um fenômeno complexo: o aumento de preços dos diversos bens que a compõem. Conclui-se que os índices de inflação podem ser construídos a partir de variadas cestas de bens, de acordo com os preços relevantes para os grupos que se pretendam considerar, como consumidores, produtores de um setor ou da economia em geral, residentes de uma região específica.

METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, a tipologia da pesquisa quanto aos objetivos se classifica como descritiva, no qual se utilizou de conhecimentos explorados em diversas fontes para descrever a taxa básica de juros do país e o índice inflacionário no intervalo de tempo proposto.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é de cunho bibliográfico, recorrendo a escritos de autores como Costa Filho e Rocha (2010), Cruz (2012) e Trevisan (2015), publicados em livros e periódicos. Trata-se também de um estudo de caso, no qual buscou-se demonstrar o desenvolvimento econômico vivido pelo Brasil ao longo do período de 2004 a 2015. Para isso, consultou-se o sítio eletrônico IPEA data para extrair dados do PIB brasileiro no intervalo exposto. As informações coletadas foram analisadas horizontalmente, assim como os fatos que influenciaram para tal comportamento do índice.

Após compreender a situação econômica do Brasil nesse período, o estudo prossegue coletando e apresentando os valores das variáveis taxa Selic e IPCA, que também são descritos no mesmo intervalo de tempo, com seus valores apresentados em série anual. Para ter acesso a esses dados, foi consultado o IPEA data macroeconômico, que consiste em uma base de dados econômicos e financeiros mantida de séries estatísticas da economia brasileira e dos aspectos que lhe são mais pertinentes na economia internacional e o Banco central do Brasil. Os dados foram formatados e tabulados em planilha de Excel, e em seguida transformados em gráficos para uma melhor exposição visual, sendo apresentados um gráfico da Selic e outro do IPCA, de 2004 a 2015. Em seguida, apresentam-se as duas variáveis em um único gráfico, no intuito de entender a sua relação.

As análises acerca das variações da Selic e IPCA se tratam de uma interpretação e exposição dos fatos que provocaram o comportamento apresentado nos anos estudados, e como o setor privado foi afetado pela variação das alterações da taxa básica de juros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo aborda um intervalo de 10 anos e a Tabela 01 contém o valor do PIB brasileiro de 2004 a 2015, mostrando a variação desse índice nesse intervalo de tempo.

Tabela 01 - PIB brasileiro 2004-2015 (UN: trilhões)

2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1,96	2,17	2,41	2,72	3,11	3,33	3,89	4,38	4,72	5,16	5,52	2,85

Fonte: IPEA data adaptado pela autora (2015).

Após crescer 4,7%, em média, durante o período de 2004 a 2007 e se expandir em 5,2% em 2008, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, em 2009, caiu 0,2% em relação ao ano anterior, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta queda, a primeira desde 1992, quando a variação foi de -0,5%. Em 2009, o consumo das famílias cresceu 4,1%, no sexto ano consecutivo de alta, e ajudou a conter uma queda mais acentuada do PIB. A despesa do consumo da administração pública também aumentou, em 3,7%. Já os investimentos (formação bruta de capital fixo) tiveram queda de 9,9% (G1, 2015). O componente da demanda com maior crescimento em 2009 foi o consumo final (4,1%), passando de 79,1% do PIB em 2008 para 82,3% em 2009. O principal responsável por esse aumento foi o “consumo das famílias”, que cresceu 4,4% (BRASIL, 2015).

Quanto a 2008, a atividade comércio registrou variação positiva de 6,1%, mas inferior ao desempenho observado no ano anterior. O volume do comércio de veículos, que experimentara crescimento de 21,6% em 2007, variou 11,5% em 2008, influenciado pelo aumento do crédito. O comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e odontológicos apresentou variação em volume de 11%, contribuindo para o crescimento da atividade (BRASIL, 2015).

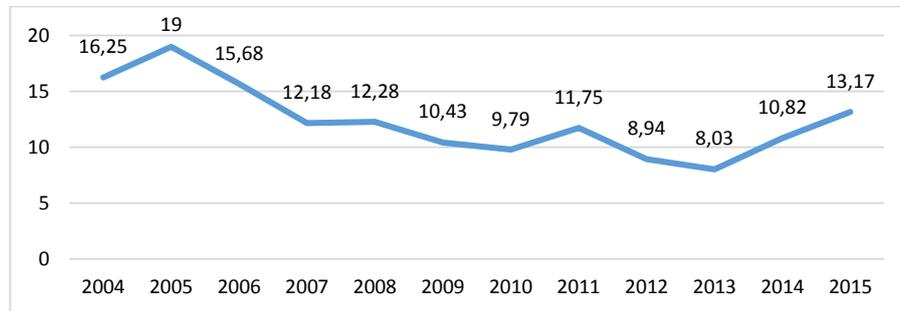
Na análise da queda do PIB em 2009, passava-se pela crise global que afetou o desempenho de quase todos os países. Na média mundial, o PIB registrou queda de 0,8% no ano de 2008. Grandes economias, como Estados Unidos e Europa, viram seus resultados sofrerem forte contração em 2009.

Segundo informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em valores correntes (em reais), a soma das riquezas produzidas pelo Brasil no ano de 2014 chegou a R\$ 5,52 trilhões, e o PIB per capita (por pessoa) caiu a R\$ 27.229,00. O PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro fechou o ano de 2014 em leve alta de 0,1%. Foi o pior resultado para a economia desde a queda de 0,2% em 2009, auge da crise econômica mundial. Entre os setores produtivos do PIB, a indústria registrou o pior desempenho, caindo 1,2% no ano. O setor agropecuário teve avanço de 0,4%, e os serviços subiram 0,7%.

Quanto a 2015, O PIB recuou 1,9% no segundo trimestre, em relação ao trimestre anterior, nessa situação o país entrou na chamada "recessão técnica", que ocorre quando a economia registra dois trimestres seguidos de queda. No comparativo contra o 2º trimestre de 2014, o tombo foi de 2,6%.

Sob a ótica da demanda, destacaram-se os recuos de 1,5% no consumo das famílias, em linha com a recente trajetória da renda real e dos índices de confiança do consumidor, e de 1,3% no consumo governamental, compatível com o processo de ajuste fiscal em curso (BACEN, 2015).

Gráfico 01 - Taxa Selic 2004-2015



Fonte: BACEN (2015).

Em 2004 a taxa Selic passa por algumas variações, que podem ser observadas no gráfico 01. A Selic começa reduzida em junho de 2003, neste período o Brasil estava na gestão do Presidente Lula, quando o COPOM fixou a taxa em 26%. A taxa de juros de 16% ao ano é a mais baixa desse período, em 2004 a taxa subiu para 16,25%. Inicia-se um novo ciclo na taxa Selic, que teve início em novembro de 2004 e terminou em abril de 2008, em 11,75%. Neste ciclo a taxa de juros no pico foi igual a 19,75% ao ano. Em setembro de 2005 foi reduzida em 25 pontos básicos (BARBOSA, 2011).

Esse ajuste da taxa de juros foi justificado pelo Copom na reunião de setembro de 2004, alegando riscos de uma inflação de demanda, não levando em conta os diversos choques de oferta que continuavam se sucedendo. Foi apenas na ata de abril de 2005, que passou a reconhecer que “a atividade econômica continua em expansão, mas a um ritmo menor e mais condizente com as condições de oferta, de modo a não resultar em pressões significativas sobre a inflação”. Mesmo assim, a taxa básica de juros continuou sendo elevada, mas citando outros motivos como “a persistência de focos localizados de pressão na inflação corrente e a deterioração no cenário externo, com os preços do petróleo em níveis elevados e a possibilidade de permanência de condições voláteis nos mercados internacionais de capitais”.

Tendo em vista que o PIB apresentou baixo crescimento em 2005, os integrantes do Banco Central ficaram descrentes com a projeção adotada pelo Copom. No entanto em março de 2006, o Banco Central apresentou um relatório de inflação que descrevia o processo de elevação da taxa de juros de 16% em agosto de 2004 para 19,75% em maio de 2005, como o “bem-sucedido esforço de desinflação levado a cabo em 2005, que possibilitará uma convergência mais suave para a trajetória das metas”.

Em 2007 a taxa básica atingiu um dos patamares mais baixos do período recente, vindo de uma queda desde 2005, atingindo 11,25%, ainda que após alguns meses a taxa Selic tenha voltado a subir diante dos sinais de alta da inflação. Ao final de 2009, com a crise internacional, o Banco Central adotou novamente um período de afrouxamento monetário estabelecendo a taxa em 8,75%, o patamar mais baixo alcançado desde sua criação (RIBEIRO; TELES, 2011).

Em 2010 a taxa era igual a 8,75% ao ano. A taxa de juros no pico foi igual a 13,75% ao ano. Em janeiro de 2009 o COPOM a reduziu em 100 pontos, estabelecendo-a em 12,75%. Nos anos apresentados anteriormente, as taxas de juros tanto no pico como no vale, têm sido cada vez menores. Há uma redução da taxa de juros natural da economia, que era extremamente elevada no início do Governo Lula, e que foi caindo ao longo do seu governo. Essa redução está associada à queda da taxa de juros dos títulos da dívida pública brasileira, que diminuiu por duas razões - a primeira foi a decisão do Presidente Lula de honrar os contratos e pagar a dívida e, - a segunda razão para a queda na taxa de juros da dívida pública brasileira foi o excesso de liquidez mundial (BARBOSA, 2011).

Quanto a 2015, os juros básicos da economia brasileira subiram de 13,75% para 14,25% ao ano, representando um novo aumento de 0,50 pontos percentuais, segundo decisão tomada no dia 29 de julho de 2015 pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. Esta foi a sétima elevação seguida da taxa Selic, que atingiu o maior patamar desde julho de 2006, quando estava em 14,75% ao ano (MARTELLO, 2015).

Com a elevação da taxa de juros, o Banco Central tenta controlar o crédito e o consumo, no intuito de segurar a inflação. Por outro lado, ao tornar o crédito e o investimento mais caros, os juros elevados prejudicam o investimento, o emprego e, subsequentemente, o crescimento da economia brasileira (ALVARENGA, 2015). Há o encarecimento dos financiamentos e aumento dos juros cobrados em cartões de crédito, ficando mais caro comprar de forma parcelada. Assim, a Selic alta desestimula o consumo, reduzindo a venda de mercadorias e serviços, prejudicando as empresas brasileiras e os consumidores.

A alta no juro tem impactos no investimento de empresas e no consumo das famílias, pois a Selic é referência para aplicações e empréstimos. O controle da inflação é a razão pela alta da taxa básica de juros. Com os juros estando alto, o consumidor tende a comprar menos, porque a prestação de seu financiamento vai ser mais elevada. Menos dinheiro em circulação tende a refletir em queda da inflação.

O aumento da taxa Selic torna os financiamentos mais custosos e afeta os investimentos da indústria, debilitando ainda mais a competitividade. Além do custo elevado do capital, joga contra a confiança em baixa da indústria e dos próprios consumidores. A Selic alta, aliada às perspectivas pouco animadoras para a atividade no país, incentiva o não direcionamento do dinheiro e a poupança perde atratividade frente a outros investimentos. Isso ocorre porque o rendimento dos fundos de renda fixa sobe junto com a Selic. Já o rendimento das cadernetas, quando a taxa de juros está acima de 8,5%, fica limitado a 6,17% ao ano mais a variação da Taxa Referencial (TR), no caso, menor que a inflação. Quanto aos outros tipos de investimento o cenário é ainda pior, pois os empresários estão desconfiados quanto à economia para o próximo ano e preferem não arriscar, até porque sua preocupação está voltada para desvalorização da moeda que encarece o produto, importado prejudicando diretamente o setor privado.

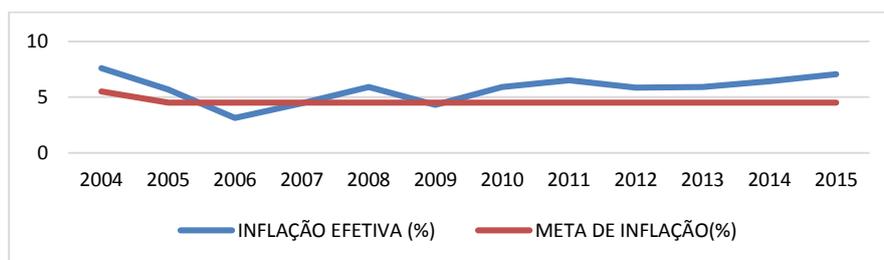
Tido como o motor do crescimento do PIB nos últimos anos, o consumo das famílias teve queda de 1,5% no primeiro trimestre e não há sinalização de que possa reagir nos próximos meses. Mais do que

o nível da taxa de juro, o comportamento vem sendo influenciado por outros fatores, como ritmo do mercado de trabalho, receio do endividamento, maior seletividade dos bancos para conceder crédito e a própria inflação, que corrói os ganhos das famílias (CALDAS, 2015).

O Índice IPCA é oficialmente utilizado pelo Governo Federal como ferramenta de verificação de que os preços praticados no Brasil estão de acordo com as metas de inflação estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. A partir do mês de maio de 2000, passou a disponibilizar através da Internet o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 - IPCA-15, como o período de coleta de preços situando-se, aproximadamente, do dia 15 do mês anterior a 15 do mês de referência.

A população-objetivo do IPCA-15 abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (hum) e 40 (quarenta) salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas das regiões. Os preços obtidos são os efetivamente cobrados ao consumidor, para pagamento à vista. A pesquisa é realizada em estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços, domicílios e concessionárias de serviços públicos.

Gráfico 02 - Inflação – IPCA 2004-2015



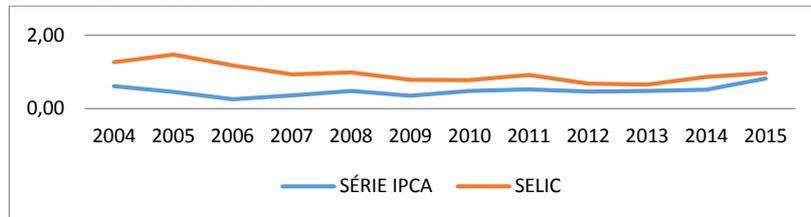
Fonte: BACEN (2015)

A partir de 2004, o BACEN cumpriu integralmente as metas de inflação estabelecidas pelo CMN. Os anos de 2006, 2007 e 2009 a inflação ficou abaixo ou praticamente no centro da banda. Nos demais anos, a taxa de inflação ficou um pouco acima do centro da banda. A crítica de que o BACEN errou na mão, aumentando demasiadamente a taxa de juros, não procede. Se esse fosse o caso, teríamos sistematicamente a taxa de inflação abaixo do centro da meta. Nos oito anos do Governo Lula, a taxa de inflação ficou acima do centro da meta em cinco anos (BARSOSA, 2011).

O IPCA subiu 0,79% em junho de 2015, após avançar 0,74% um mês antes. É a taxa mais alta para o mês desde 1996, quando o índice subiu 1,19%. Em junho do ano passado, o IPCA avançou 0,40%. Com este resultado, o índice oficial de inflação do país acumulou alta de 6,17% no primeiro semestre de 2015, a maior variação para o período de janeiro a junho desde 2003, quando foi de 6,64%. Em 12 meses, a inflação acumulada foi de 8,89%, a taxa mais elevada desde dezembro de 2003 (9,30%). (IBGE, 2015). Este resultado trouxe reflexo nas vendas do comércio ampliado que recuaram 4,3% no trimestre finalizado em abril, em relação ao terminado em janeiro, quando aumentaram 0,8%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Houve reduções nas vendas em nove dos dez segmentos pesquisados, destacando-se os recuos nas vendas de veículos e motos, partes e peças (9,9%) e de móveis e eletrodomésticos (7,9%), mais sensíveis à evolução do crédito. A exceção foi o setor de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos cujas vendas aumentaram 1,2% no período. As vendas do comércio varejista recuaram 2% no trimestre, reflexo de recuos em todas as regiões do país, com ênfase no Centro-Oeste (3,4%) e no Nordeste (2,5%) (BACEN, 2015).

Gráfico 03 - SELIC X IPCA 2004-2015



Fonte: Adaptado de IPEA (2015)

A Taxa Selic é um importante instrumento usado pelo Banco Central para controlar a inflação. Quando a Selic está alta, ela favorece a queda da inflação, pois desestimula o consumo, já que os juros cobrados nos financiamentos, empréstimos e cartões de crédito ficam mais altos. Por outro lado, quando está baixa, ela favorece o consumo, já que os juros cobrados nestas operações ficam menores.

O comportamento do IPCA em julho de 2015 foi uma variação de 0,62%, como mostra o gráfico 03, que o deixou abaixo da taxa de 0,79%, registrada no mês de junho em 0,17 ponto percentual, considerado o menor índice mensal deste ano, que já acumula 6,83% de alta nos sete primeiros meses, sendo a maior taxa para um período entre janeiro e julho desde 2003. Assim, com a alta da Selic, é perceptível o reflexo na baixa do IPCA, que pode ser visto ao longo do período em estudo.

A inflação ao consumidor no trimestre encerrado em maio de 2015 refletiu de maneira significativa o ajuste de preços no país e seguiu em elevação quando aferida no acumulado em doze meses. No âmbito dos preços ao produtor, a inflação registrou alta no trimestre, repercutindo, em grande parte, os efeitos da recente depreciação cambial, principalmente sobre os preços de produtos industriais.

Os efeitos, no curto prazo, dos ajustes macroeconômicos adotados no âmbito das políticas monetária e fiscal do Brasil, como a elevação da taxa Selic, associados a eventos não econômicos, concorrem para que o crescimento da atividade econômica neste ano de 2015 situe-se abaixo do crescimento potencial, impactando diretamente no setor privado, reduzindo o poder de consumo das famílias, contendo assim a inflação.

No médio prazo, os impactos das mudanças no ambiente macroeconômico advindas com os ajustes contribuem para a recuperação da confiança de empresas e famílias, o que terá reflexos na evolução do consumo e do investimento. Esse fator, associado ao maior crescimento global tende a conferir maior dinamismo à atividade doméstica (BACEN, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PIB brasileiro cresceu 4,7%, em média, durante o período de 2004 a 2007 e se expandiu em 5,2% em 2008. Em 2009, caiu 0,2% em relação ao ano anterior. Em 2004 a taxa Selic subiu para 16,25%, mas se iniciou uma queda, chegando em abril de 2008 a 11,75%. Quanto a 2008, a atividade comércio registrou variação positiva de 6,1%, mas inferior ao desempenho observado no ano anterior.

Ao final de 2009, com a crise internacional, o Banco Central adentrou novamente um período de afrouxamento monetário, estabelecendo a taxa em 8,75%, o patamar mais baixo alcançado desde sua criação. Em 2009, o consumo das famílias cresceu 4,1%, no sexto ano consecutivo de alta, e ajudou a conter uma queda mais acentuada no PIB. Em 2010 a taxa Selic era igual a 8,75% ao ano, no pico foi igual a 13,75% ao ano. Em janeiro de 2009 o COPOM a reduziu em 100 pontos, estabelecendo-a em 12,75%.

Quanto a 2015, os juros básicos subiram de 13,75% para 14,25% ao ano, representando um novo aumento de 0,50 ponto percentual, elevando taxa de juros. Assim o Banco Central tenta controlar o crédito e o consumo, no intuito de segurar a inflação. As vendas do comércio ampliado recuaram 4,3% no trimestre finalizado em abril de 2015, em relação ao terminado em janeiro, quando aumentaram 0,8%, no mesmo tipo de comparação.

Em 2015 o consumo das famílias teve queda de 1,5% no primeiro trimestre. O comportamento do IPCA em julho de 2015 foi uma variação de 0,62%, que o deixou abaixo da taxa de 0,79% registrada no mês de junho em 0,17 ponto percentual, considerado o menor índice mensal deste ano.

Conclui-se que a taxa Selic funciona como mediadora que pode impulsionar o setor privado ou desestimulá-lo, como pode ser visto ao longo do período em que foi realizado o estudo; que, com a elevação dos juros no período pelo o qual o Brasil está passando desde 2013, o comércio retrai, pois desestimula o consumo, e o governo consegue ao longo de determinado tempo controlar a inflação. Caso a Selic esteja em baixa, o consumidor tende a comprar mais, pois o financiamento fica menos elevando, estimulando o comércio, período vivido pelo Brasil de 2005 a 2010.

CHANGE RATE IN SELIC 2004-2015 PERIOD AND THEIR INFLUENCE IN THE ECONOMIC CONTEXT OF THE PRIVATE SECTOR

Abstract - *The study aimed to demonstrate the behavior of the variables, GDP, IPCA and the Selic in Brazil during the period 2004 to the first quarter of 2015 and the impacts caused by these changes, especially in the economic scenario of the private sector due to high interest rates. For this, we used bibliographic nature of research of authors such as Costa Filho and Rocha (2010), Cruz (2012), Trevisan (2015), as well as data from electronic sites as IPEA date and the Central Bank in the same period of the survey period where these data were compared and analyzed. With the results it is concluded that the Selic rate acts as a mediator that can boost the private sector or discourage it. If the same is rising trade retracts and the government can control inflation if it is low, consumers tend to buy more and trade heats up again.*

Keywords: *IPCA; GDP; Selic; Inflationary rates; Private sector.*

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, D. *Taxa básica de juros deve ter 7ª alta consecutiva nesta quarta*. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/07/taxa-basica-de-juros-deve-ter-7-alta-consecutiva-nesta-quarta.html>> Acesso em 03 setembro de 2015.
- BANCO Central do Brasil. *Relatório de economia bancária e crédito – 2015*. Brasília, 2015.
- BARBOSA, Fernando de Holanda. O banco central no governo Lula. *Economia e Tecnologia*, ano VII, v especial, 2011. Disponível em: <<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/Especial%20Capa/Fernando%20de%20Holanda%20Barbosa.pdf>>. Acesso em 22 julho de 2015.
- BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). *Relatório de inflação*. v. 17, n.2, Brasília, jun/2015.
- BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA (IPEA). *Apresenta dados do Produto Interno Bruto do Brasil, dos seus estados e municípios*. 2014. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 09 set. 2015.
- BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA (IPEA). *Apresenta dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)*. 2013. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 09 de setembro 2015.
- CAETANO, S.M; et al. Abordagem discreta para a dinâmica da taxa selic-meta. *Economia Aplicada*, v. 15, n. 2, p. 199-221, 2011.
- CALDAS, C. *Entenda como a alta do juro impacta a economia e o cotidiano*. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/06/entenda-como-a-alta-do-juro-impacta-a-economia-e-o-cotidiano-4774797.html>> Acesso em 21 de julho 2015.
- COSTA FILHO, A.E; ROCHA, F. Comunicação e política monetária no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 63, n. 4, p.405-422, out/dez. 2009.
- COSTAS, R. *Por que o Brasil parou de crescer?* Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140905_brasil_parou_entenda_ru> Acesso em 21 de julho 2015.
- CRUZ, A.I.G; et al. *A economia brasileira: conquistas dos últimos 10 anos e perspectivas para o futuro*. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/961/4/A%20economia%20brasileira-conquistas%20dos%20ultimos%20dez%20anos%20_P-final_BD.pdf>. Acesso em de 20 julho 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em <<http://www.ibge.gov>>. Acesso em 29 de agosto de 2015.
- MARQUES, R.M; et al. *O Brasil sob nova ordem*. São Paulo (SP): Saraiva, 2010.
- MARTELLO, A. **BC sobe juro para 14,25% ao ano e indica manutenção no futuro**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/07/na-7-alta-seguida-juro-sobe-para-1425-ao-ano-maior-nivel-desde-2006.html>> Acesso em 30 agosto 2015.

MARTINEZ, Thiago Sevilhano; CERQUEIRA, Vinícius dos Santos. Estrutura da inflação brasileira: determinantes e desagregação do IPCA. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 2, p. 409-456, ago. 2013.

MOURA, M. C.; et al. *Uma perspectiva dos impactos da taxa selic na atual política monetária brasileira*. 2011. Disponível em: <http://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2013/SA_02021.pdf>. Acesso em 30 de agosto de 2015.

OLIVEIRA, F.N.; COSTA, A.R.R. Os impactos das mudanças inesperadas da SELIC no mercado acionário brasileiro. *Brazilian Business Review*, v. 10, n. 3, p. 54-84, 2013.

RIBEIRO, A; TELES, V. *Taxa natural de juros no Brasil*. Escola de economia de São Paulo. Disponível em: < <http://www.anpec.org.br/revista/aprovados/Natural.pdf>>. Acesso em 30 agosto de 2015.

SÁ, A.E.C. *IPCA - Análise comparativa do DF com o índice nacional no período jan-set/ 2013*. Disponível em: < <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/CEN/article/viewFile/4909/3085>> Acesso em 25 de julho de 2015.

SICSU, J. Expectativas inflacionárias no regime de metas de inflação: uma análise preliminar do caso brasileiro. *Economia Aplicada*, v.6, n.4, 2002. Disponível em: <http://ww2.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/expectativas_inflacionarias_no_regime.pdf>. Acesso em 25 de julho 2015.

SILVA, Mariana Pacheco da. A Teoria da Inflação Inercial. *Leituras de Economia Política*, Campinas, p. 108-129, ago/dez. 2008.

TABATA, A; TABAK, B.M. Testando o conteúdo informacional das decisões de política monetária. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. 2004. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/68/42>>. Acesso em 21 de julho de 2015.

TREVISAN, K. *Só 9 países terão pior resultado do PIB que o Brasil em 2015, estima FMI*. Disponível em: < <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/05/so-9-paises-terao-pior-resultado-do-pib-que-o-brasil-em-2015-estima-fmi.html>> Acesso em 21 de julho de 2015.

WERNER, A. *2015 é um ano de ajuste no Brasil, diz FMI*. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/2015-e-ano-de-ajuste-no-brasil-diz-fmi>> Acesso em 21 de julho de 2015.